



Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2011: teoria e prática

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 28/11/2011 a 01/12/2011

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A Esquerda Brasileira e a Identidade Nacional-Popular</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Francisco Josué Medeiros de Freitas</b>	Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ / Observatório Político Sul-Americano	IESP-UERJ / OPSA	Doutorando / Pesquisador
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
Um dos principais dilemas historicamente apresentados aos partidos ligados à classe trabalhadora diz respeito ao problema da identidade. Em geral a polarização se dá entre a manutenção de uma identidade classista, fiel aos interesses estritos da classe trabalhadora e que tem como corolário uma estratégia política insurrecional e de outro a adoção de uma identidade plural, através da qual o partido se propõe a representar toda a sociedade e que tem como consequência uma ação política institucional e eleitoral. A hipótese aqui trabalhada é que entre estes dois polos é possível pensar um caminho no qual os partidos socialistas combinem as positivities decorrentes da ampliação da identidade para além da classe trabalhadora e do abandono da política insurrecionalista sem com isso cair em uma tática exclusivamente eleitoral e em um processo de adaptação à ordem burguesa. Esta possibilidade alternativa se baseia nas formulações do revolucionário Antônio Gramsci, especialmente o debate sobre a identidade nacional-popular e sua relação com os conceitos de hegemonia e moderno príncipe. Por fim este estudo analisará o desenvolvimento do PT a luz destas formulações, investigando em que medida ele se aproximou desta perspectiva aqui chamada de gramsciana e em que momentos se afastou dela. O PSOL será analisado também por se tratar de uma organização partidária surgida fundamentalmente da forma como o PT tratou este dilema histórico da identidade partidária, e neste caso também se buscará abordar o PSOL a partir dessa alternativa identitária nacional-popular.			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Nacional-popular; PT; PCB			

## I - Introdução

Este estudo pretende debater como um problema clássico dos partidos operários no mundo todo, qual seja, o da identidade política, foi trabalhado pelos dois principais partidos políticos vinculados aos interesses dos trabalhadores brasileiros, o Partido Comunista Brasileiro (PCB)<sup>1</sup>, o Partido dos Trabalhadores (PT). O problema da identidade política se apresentou para a social-democracia europeia no final do século XIX e início do XX quando estas organizações começaram a participar de eleições e a obter vitórias institucionais. A partir desta nova situação a social-democracia europeia foi dividida por um debate estratégico que opunha um lado que pretendia investir nas eleições como estratégia de tomada de poder e outro grupo que sustentava que apenas

---

1 – O objetivo inicial deste estudo era abordar não apenas os dois principais partidos da esquerda brasileira como duas das suas dissidências mais significativas, não só pela inserção social mas porque também lidaram com o problema da estratégia e da identidade política. São eles o Partido Comunista do Brasil (PC do B) racha do PCB de 1963 e o Partido do Socialismo e da Liberdade (ruptura do PT surgida em 2004). Infelizmente faltou fôlego para cobrir as quatro agremiações.

pela via revolucionária o proletariado poderia transformar a sociedade. Cada estratégia exigia, por seu turno, uma identidade política distinta, ou nacional ou classista.

Este debate não se resolveu no período em que surgiu. Ao contrário, ele se renovou na Europa quando a 2ª Guerra terminou e atingiu inclusive os partidos comunistas que inicialmente se opuseram a estratégia “reformista”. E, além disso, ele se espalhou pelo mundo, abarcando partidos de esquerda nos mais diferentes países até os dias de hoje.

Este artigo parte de duas hipóteses. Em primeiro lugar entende-se que a contribuição do revolucionário italiano Antônio Gramsci nos Cadernos do Cárcere estabelece um caminho alternativo para a polarização acima descrita. Trata-se do conceito de *nacional-popular*, que combina, em minha opinião, elementos da identidade classista com os elementos da identidade nacional em uma estratégia que atualiza o partido revolucionário em sociedades onde a tomada de poder não é possível em termos bolcheviques, ou seja, com um assalto de uma minoria preparada ao centro do poder.

A segunda hipótese é que também no Brasil tal dilema não se resolveu. O presente trabalho tentará demonstrar que estas agremiações brasileiras não lograram estabelecer uma resposta definitiva sobre o problema da identidade. O conceito de *nacional-popular* não será tomado como um telos, um fim, um dever-ser ao qual os partidos de esquerda estariam destinados. A orientação teórica está no texto e no autor, e por isso os caminhos que estes partidos escolherem para resolver a questão estratégica e identitária serão analisados à luz da interpretação que faço desta parte da obra de Gramsci.

## **2 – Gramsci e o Nacional Popular**

O conceito de nacional-popular aparece em dois momentos distintos, embora interligados, na obra de Gramsci<sup>2</sup>. Nos cadernos 5 e 6 o nacional-popular aparece vinculado ao tema da literatura. O revolucionário italiano está refletindo sobre o descompasso entre os intelectuais de seu país e o povo, o que gera uma ausência de uma literatura nacional-popular na Itália. O outro momento, que será analisado nesta seção, está ligado à concepção gramsciana de partido, e é a articulação material e histórica de diversos conceitos do arcabouço teórico de Gramsci, como hegemonia, bloco histórico, guerra de posição, revolução passiva, papel dos intelectuais, etc. Nesse segundo momento, o termo nacional-popular aparece ligado à formação de uma vontade coletiva que, organizada e dirigida pelo moderno príncipe se configura em uma nova hegemonia. Ligando os dois momentos, a Itália não possui uma literatura nacional-popular porque não houve força política e social que organizasse a vontade coletiva nacional-popular italiana no momento da revolução

---

<sup>2</sup> Será tomada por base a edição brasileira dos cadernos do cárcere. Gramsci, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Editado por Coutinho, C. N., Nogueira, M. A. e Henriques, L.S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vols., 1999-2002.

burguesa. Como é sabido, Gramsci atribui um caráter passivo, de revolução-restauração, ao “Risorgimento” italiano.<sup>3</sup>

No início do 1º caderno, com a discussão que Gramsci faz da filosofia, entendida como parte de uma visão de mundo complexa, o termo vontade coletiva aparece (sozinho, sem o nacional-popular, pois Gramsci ainda está falando conceitualmente de um processo) mobilizado em conjunto com o papel da filosofia, da concepção de mundo, de cimentar ideologicamente toda a sociedade.

O problema fundamental de toda a concepção de mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma ‘religião’, em uma ‘fé’, ou seja, *que produziu uma atividade prática e vontade* nas quais ela esteja contida como premissa teórica implícita (uma ideologia, pode dizer, desde que se dê ao termo ideologia o significado mais alto de uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) isto é, o problema de *conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia* (1999: 98-99):

Mais adiante, no mesmo caderno, ele apresenta o papel que os partidos políticos têm, no mundo moderno, de elaborar e difundir estas ideologias, estas concepções de mundo. São os organizadores coletivos da vontade da massa, na medida em que “elaboram essencialmente a ética e política adequadas a elas, isto é, em que funcionam quase como ‘experimentadores’ históricos de tais concepções” (Gramsci, 1999: 105). Em suma, vontade coletiva é, para Gramsci, a “atividade política, prática”, que pode ser “racional ou arbitrária”. Em outras palavras, pode ser senso comum disperso ou

(...) corresponder às necessidades objetivas históricas, isto é, em que é a própria história universal no momento de sua realização progressiva. Esta vontade pode ser representada inicialmente por um ‘indivíduo singular’, mas sua ‘racionalidade’ deve ser atestada pelo fato de ser ela acolhida por um grande número, e acolhida permanentemente, isto é, de tornar-se cultura, ‘bom senso’, uma concepção de mundo, com uma ética conforme à sua estrutura (Gramsci, 1999: 202-203).

Gramsci finaliza este conjunto de afirmações defendendo a filosofia da práxis (a forma como ele denomina o marxismo para evitar a censura de Mussolini) como uma forma superior de organizar esta vontade, pois historiciza o pensamento

(...) na medida em que o assume como concepção do mundo, como ‘bom senso’ difuso no grande número (e esta difusão não seria concebível sem a racionalidade ou a historicidade) e difuso de tal maneira que se converte em norma ativa de conduta. (Idem).

O termo nacional-popular acompanha a conceito de vontade coletiva no momento em que o autor busca concretizar a conceituação que apresentara anteriormente. Lembrando que os Cadernos do Cárcere se configuram em apontamentos dispersos, esta passagem não se dá forma cronológica, ou mesmo linear. Muitas vezes ela aparece na pena de Gramsci como indicação para futuras investigações que o revolucionário pretendia fazer. É este o sentido da citação a seguir, quando Gramsci introduz a noção de nacional-popular em conjunto com a vontade coletiva:

---

<sup>3</sup>Buscar mais informações sobre o Risorgimento italiano, além da obra do próprio Gramsci, em Werneck Vianna (2004)

Uma das primeiras partes deveria precisamente ser dedicada à ‘vontade coletiva’, apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? Em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura do país em questão e uma representação ‘dramática’ das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos. (Gramsci, 2000: 17)

Gramsci analisa a situação italiana, buscando no papel da Igreja e nas funções de determinados grupos sociais a explicação para o fracasso dessas tentativas na Itália. A relação com o Vaticano desenvolveu uma “situação econômico-corporativa” que impediu, no plano político, o surgimento de uma “força *jacobina* eficiente, precisamente aquela força que, nas outras nações, criou e organizou a vontade coletiva nacional-popular”. Ele segue perguntando se existiriam, atualmente, as condições para que essa força se desenvolvesse, e então conclui que uma resposta positiva deve ser buscada

Na existência dos grupos sociais urbanos, adequadamente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política. Qualquer formação de uma vontade nacional-popular é impossível se as grandes massas dos camponeses cultivadores não irrompem simultaneamente na vida política. (...) Toda a história depois de 1815 mostra o esforço das classes tradicionais para impedir a formação de uma vontade coletiva desse tipo, para manter o poder “econômico-corporativo” num sistema internacional de equilíbrio passivo. (Idem)

Gramsci atribuí a filosofia da práxis o papel da forma superior de organizar a vontade coletiva. Quando ele analisa esta vontade coletiva sob a ótica do nacional-popular, surge o ator que a realizará, oriundo das classes urbanas, da produção industrial, da entrada das massas camponesas na política, o que se dá, nesse momento que ele analisa, com ida destas massas para as fábricas, para as cidades. O ator é o proletariado moderno. E este ator tem um instrumento político, o partido, “moderno Príncipe”. Novamente, um momento conceitual de Gramsci, no qual ele define o papel do partido político do proletariado, o partido da revolução que

deve e não pode deixar de ser o anunciador e organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para um novo desenvolvimento da vontade nacional coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (Idem)

Agora o objetivo é pensar como essa categoria de nacional-popular se concretizou em nosso país, para demonstrar sua validade para pensar a atuação do PCB e do PT. O tema do nacional-popular é bastante frequente em nossa acadêmica. Ridenti aborda este tema ao investigar a produção cultural no Brasil produzida sob a ótica da revolução brasileira, especialmente na década de 1960. O nacional-popular constitui, para o autor, a utopia de aproximação entre intelectual e povo, exatamente da forma como Gramsci concebe essa questão (Ridenti, 2000). Já Ortiz apresenta o movimento modernista, nascido em 1922, com a Semana de Arte Moderna, como um paradigma de modernidade para um país que se modernizou em termos capitalistas sem com isso incorporar o moderno em sua vida social. E, para o autor, a chave do modernismo enquanto movimento está na

vontade de construção nacional autônoma, vontade que acaba sendo assimilada pelo Estado, confirmando que nossa modernização seria realmente acrítica (Ortiz, 1988). Ambos os autores marcam que o nacional-popular no Brasil foi derrotado. Ridente chama de utopia a tentativa de construir um vínculo permanente entre as massas e a intelectualidade. Já Ortiz conclui de forma pessimista que o moderno foi incorporado pela tradição, sob a direção do Estado.

È em César Guimarães (2002) que vamos encontrar uma análise mais concreta sobre esta derrota. A direita brasileira, o empresariado, as forças armadas, setores da classe média organizaram o golpe de 1964 justamente para derrotar o popular que acompanhava o nacional. Isto significou interditar completamente as classes subalternas da participação política, para evitar que o processo de modernização capitalista fugisse do controle. Voltando à Gramsci encontramos uma arguta análise sobre os processos de modernização capitalista no pós-guerra que parece confirmar a tese apresentada por César Guimarães. O pensador italiano pergunta

Como reconstruir o aparelho hegemônico que se desagregou em razão das consequências da guerra em todos os Estados do mundo? Desde logo, porque se desagregou? Talvez porque tenha se desenvolvido uma forte vontade política coletiva antagonica? Se tivesse sido assim, a questão teria sido resolvida em favor de tal antagonista. Ao contrário, desagregou-se por causas puramente mecânicas, de tipo variado: 1) porque grandes massas, anteriormente passivas, entraram em movimento, mas num movimento caótico e desordenado, sem direção, isto é, sem uma precisa vontade política coletiva; 2) porque classes médias que tiveram na guerra funções de comando e de responsabilidade foram privadas disto com a paz, ficando desocupadas justamente depois de fazer uma aprendizagem de comando, etc.; 3) porque as forças antagonicas se revelaram incapazes de organizar em seu proveito a desordem de fato. O problema era reconstruir o aparelho hegemônico desses elementos antes passivos e apolíticos, e isto não podia acontecer sem a força: mas esta força não podia ser a legal, etc. (Gramsci, 2000: 264-265).

A crise da República Velha, ao longo da década de 1920, era resultado de um conjunto de contradições internas e externas que ganharam força após o fim da primeira guerra mundial. A Semana de Arte Moderna e a criação do PCB, ambos em 1922, são um atestado disto. As grandes massas estavam em movimento, a ação sindical intensa comprova esta afirmação, ao mesmo tempo em que também se confirma a tese gramsciniana de que se moviam de forma difusa e dispersa: não havia uma direção moral e intelectual que organizasse esta vontade coletiva. Nossas classes médias também se mobilizavam, seja no tenentismo, seja no modernismo, e poderiam compor esta direção, mas não sozinhas, e não sem o instrumento político. Com isso, o aparelho hegemônico é reconstruído com o uso da força, com a Revolução de 1930 e, principalmente, o Estado Novo. Esta passagem gramsciana auxilia também para explicar o golpe de 1964, pois seguindo e indo além do argumento de César Guimarães, tratava-se de um movimento preventivo, contra as forças populares (ou antagonicas na terminologia de Gramsci) que podiam desorganizar a hegemonia dominante e inaugurar uma nova fase. Não se trata aqui de concordar com as formulações sobre o caráter pré-revolucionário da conjuntura na década de 1960 no Brasil, mas sim de afirmar que as classes dominantes de fato se mobilizaram a partir do medo da revolução.

Por fim, é possível utilizar o conceito de nacional-popular para pensar a crise da ditadura em fins da década de 1970 e a redemocratização do país na década de 1980. Emir Sader (2003) aponta para o predomínio da questão democrática sobre a questão nacional nesse novo processo de lutas sociais que se abre com a chamada “Nova República”. Contudo, o autor aponta para a crise de paradigmas da esquerda, que não teria formulado um projeto novo, e estaria recorrendo uma vez mais ao nacional-desenvolvimentismo que marcou a atuação das forças populares pré-1964. Sader defende esta retomada, pois afirma que agora ela se dá sem o veio autoritário que marcou a atuação do movimento nacional-popular nos anos de 1950 e 1960. A presença do nacionalismo na visão política do PT atual parece confirmar as teses do autor.

### **3 – O PCB e o nacional-popular**

O PCB foi fundado em 1922, em uma conjuntura marcada pelo nascimento de novos “seres políticos e sociais que emergiam com o sucesso das atividades agroexportadoras e seu impacto na expansão e diferenciação dos centros urbanos” (Werneck Vianna, 1989: 54), em uma diversidade que se caracterizou pela recusa comum ao regime de 1891. Para Brandão, o “partidão” nasce fora do Estado, e talvez por isso seja um dos raros partidos nacionais de nossa história, prioritariamente urbano em um país ainda rural, com um mínimo de organização que permitiu que sobrevivesse no tempo apesar da repressão e dos erros políticos, tanto que estes não apagam o mérito que o PCB teve ao dar “alguma fundamentação teórica ao vasto movimento nacionalista e democrático que toma corpo a partir dos anos 50.” (Brandão, 1997: 24)

Em 1923 a IC identificou no comunismo brasileiro uma forte influência anarquista e pequeno-burguesa, afirmando que “o Partido Comunista do Brasil não é ainda um verdadeiro Partido Comunista. Ele conserva restos de ideologia burguesa, sustentadas pela presença de elementos da maçonaria e influenciada por preconceitos anarquistas”.<sup>4</sup> Esse ponto das relações entre o comunismo no Brasil e as forças pequeno-burguesas ou mesmo da burguesia vai pautar a atuação do PCB em toda a sua trajetória. O grande dilema do “partidão” esteve calcado na necessidade ou não de se fazer alianças com as classes e setores sociais para além do proletariado. É o tema das alianças que levam a uma identidade nacional versus a questão da identidade classista.

Já no seu primeiro ano de vida, o partido foi posto na ilegalidade. A trajetória inaugural do comunismo no Brasil, caracterizada pela identidade classista, foi tensionada a partir do momento em que a questão eleitoral aparece, em 1927. E não apenas porque o partido pode disputar as eleições, mas também pelo sucesso que sua frente ampla eleitoral, o Bloco Operário Camponês

---

<sup>4</sup> Todas as informações sobre Congressos, documentos e resoluções do PCB são extraídas de Carone, Edgar. *O PCB*. São Paulo: Difel, 3 vols., 1982. Indicaremos entre parênteses o Volume e a página.

obteve, elegendo um deputado, e conquistando votações significativas no Distrito Federal e no Rio Grande do Sul.

Esta tensão não fez com que o PCB alterasse sua atuação classista, mas levou a uma adaptação à arena política. Os comunistas formularam duas respostas ao sucesso eleitoral: primeiro combateram o problema do “desvio eleitoral”, evidente apesar dos avanços que significou a política de frente ampla: “O BOC apresenta alguns perigos de desvio oportunista e eleitoralista, que é necessário combater energeticamente”. Apesar deste problema, o partido rechaçava a visão “abstencionista” do anarco-sindicalismo:

(...) o Partido Comunista, interpretando o verdadeiro e instintivo pensamento de classe das massas trabalhadoras, pretende, por este meio [o BOC], iniciar uma vasta campanha de saneamento do meio político nacional, combatendo sem tréguas a política personalista, individualista e irresponsável (...) É preciso sanear a política e para isso é preciso intervir nela e não afastar-se dela. *Queremos uma política de princípios, de programas, de responsabilidades*”. (os grifos são do original).

Em segundo lugar perceberam que este resultado evidenciava que o PCB começava a se inserir na vida real do país. O Brasil passava por um contexto de crise política e social que era algo mais do que mera disputa entre as elites, e isso foi captado por Astrogildo Pereira e Otávio Brandão. Eles começaram a por em prática uma aliança com o tenentismo no sentido de conferir uma direção consequente às forças pequeno-burguesas que questionavam o sistema oligárquico. Nessa aliança residia a possibilidade de efetivar a estratégia do movimento comunista internacional em países semicoloniais como o Brasil, a revolução democrático-burguesa. Foi a primeira tentativa de sair da política classista, rumo ao movimento nacional-popular. Os comunistas afirmavam que a vitória do movimento tenentista “marcará incontestavelmente uma etapa progressiva nas condições políticas do país, até hoje governado e oprimido pela fração mais reacionária da grande burguesia.”. Indo além, o “partidão” previa que os acontecimentos como a Revolução Paulista de 1924 e a Coluna Prestes que varou o país entre 1925 e 1927, teriam continuidade, formando

uma provável terceira revolução, que tomará proporções muito maiores (...). Nessas condições, o dever do Partido Comunista consistirá em colocar-se à frente das massas, procurando conquistar não somente a direção da fração proletária, mas a hegemonia de todo o movimento.

Essa conquista se daria após um primeiro momento “de *estreita aliança* com os revolucionários pequeno-burgueses” (grifo meu), contra a tendência fascista que também estava presente entre os Tenentes. A intervenção da IC, que deliberou em 1928 uma nova orientação classista, com total enfrentamento contra as forças reformistas, interrompeu este curso. A crise política se resume a uma peleja entre as elites. Já a pequeno-burguesia, antes possível aliada, passa a ser acusada de “no poder, acaba por se entregar à burguesia (...). As forças pequeno-burguesas, mesmo revolucionárias, não podem levar as massas à vitória.”. O PCB se propõe a dirigir a revolução social para instalar o “governo operário e camponês baseado nos Soviets”. Ou os

comunistas dirigem a revolução, ou a reação vai renovar o domínio imperialista com palavras vazias que enganam as massas. É assim que os comunistas caracterizam a Constituinte de 1934 como “tapeação” com “palavras bonitas, que não matarão a fome do povo”.

A consequência dessa derrota foi, tragicamente, a confirmação da tese da III IC. As forças reformistas se mobilizaram para desenvolver o capitalismo sem nenhum conteúdo democrático ou popular com forte viés autoritário e crescente influência dos setores fascistas. Para Werneck Vianna (1989:133) a exclusão dos comunistas da revolução de 1930 foi determinante para a conformação institucional que o capitalismo brasileiro adquiriu após o Estado Novo.

Brandão indica que o PCB manteve, pelo menos até 1935, uma série de pontos de contato com o anarco-sindicalismo, como a luta pela melhoria nas condições de vida, a recusa a qualquer mediação estatal sobre o mercado, a recusa do papel das alianças e das eleições, a ação classista em geral. Porém, como o próprio autor afirma, no seu início o PCB afirmou positivamente sua identidade política, enquanto partido que disputa eleições, que traz para a classe uma dimensão que vai além da luta econômica (Brandão, 1997: 80-81). E buscou se inserir no movimento nacional-popular para viabilizar esta identidade política. Portanto, O PCB herdou a pauta política do anarco-sindicalismo menos pela origem dos seus fundadores e mais pela sua adequação ao comunismo internacional, o que foi definidor na constituição da identidade comunista no Brasil que adquiriu um modo de fazer política insurrecional, cujo ápice foi o levante de 1935, e que custaria a ser abandonado.

Nos documentos e resoluções do PCB ou da III IC há o reconhecimento que os dirigentes faziam desse processo de superação da identidade classista pelo qual passou o PCB. São inúmeras críticas e autocríticas contra “uma série de graves erros (...) com uma política de completa dependência frente à Coluna Prestes. O Partido, na verdade, esperava que Prestes realizasse a revolução que, depois, deveria dar ao proletariado a hegemonia e ao Partido a direção do movimento revolucionário”. (Vol. 1). Ou ainda

num grande número de Estados manifestaram-se grandes vacilações na linha geral partidária, até mesmo medo de lutar contra a junta militar. Em Santos, por exemplo, os companheiros sustentaram as instruções dos liberais, como a convocação de constituintes, etc.; não tomaram posição frente à Aliança Liberal e à luta por ela encabeçada; não explicaram à massa o conteúdo social dessa luta. A idéia de que não se trava uma luta interimperialista e sim uma verdadeira revolução de massas penetrou também nas nossas fileiras

“O Partido não deve ter ilusões sobre Prestes. Não podemos esperar que Prestes de por decreto a direção da revolução ao Partido Comunista” eram os alertas da III Internacional sobre o Cavaleiro da Esperança antes de sua conversão ao comunismo. O levante de 1935 foi exatamente isso, uma revolução por decreto, levada a cabo como um movimento sectário, ainda que,



paradoxalmente, tenha sido animada pela primeira grande experiência de alianças do PCB, a Aliança Nacional Libertadora, frente única antifascista que em muito superou a força e inserção social que o “partidão” possuía isoladamente, a tal ponto de tomar a direção do movimento nacional-popular.

A III Internacional acabou por exportar um tempo sólido, maciço, imune à ação da *política*, à ação dos revolucionários. Sua política de revolução por etapas e de condicionamento das tarefas nacionais ao objetivo máximo de fortalecer e proteger a URSS terminou por inviabilizar a *política* dos comunistas ao redor do mundo, fazendo com que rompessem com os movimentos políticos e sociais mais amplos existente, impedindo-os de organizar de fato a vontade coletiva nacional-popular. Ainda assim, o PCB deu continuidade às suas tentativas de formar uma identidade nacional-popular. A entrada do Brasil na luta contra o nazismo em 1943 e a redemocratização do país em 1945 deram novo impulso para a saída do classismo. O Brasil passa a combater junto que a URSS, e os comunistas têm seu papel na luta política novamente valorizada ao mesmo tempo em que voltam a valorizam as alianças.

È a partir da conjuntura do após a Segunda Guerra que o partido dará um salto importante, tanto em termos de sua *inserção no sistema político* quanto de sua expansão no movimento sindical. Este salto se desenvolverá ao longo da década de 50, chegando mesmo ao seu ápice no início dos anos sessenta, quando o trabalho anterior riu ante o golpe militar de 1964 (Santana, 2001: 26).

Este marco foi preparado por uma alteração gradual na forma como os comunistas se relacionavam com o Estado Novo, e que em geral passa despercebida na literatura sobre o PCB - apenas Leandro Konder (1980) fez referência ao fato de que já em 1938 Prestes cogita apoiar Vargas. Não que, em algum momento, o PCB tenha apoiado a ditadura do Estado Novo. Mas existe uma distância qualitativa entre as palavras de ordem proferidas em 1937 “Nenhum apoio a Vargas! Pela derrubada de Vargas! Contra toda tentativa de putsch dos integralistas” (Vol. 1 Pg. 212) à identificação, em 1938, de que Vargas começou a “fustigar o fascismo”, “demitiu alguns generais e outros oficiais fascistas” em um indicativo de que “o movimento democrático começou novamente a deslanchar” (Vol. 1, Pg. 213-214).

No mesmo ano o PCB insinua que o governo possui “uma ala reacionária e fascista”, que continuou sendo denunciada e combatida. Mas esta afirmação evidencia um certo tipo de olhar que se consolidará definitivamente em 1958, com a Declaração de Março, e que enxerga sempre o governo e o Estado polarizado por dois campos distintos, um dos quais os comunistas tem que apoiar. Também não é por acaso que neste mesmo ano de 1938 pela primeira vez o PCB faz um chamado para a composição de uma “frente única democrática” (Vol. 1, Pg. 218), contra o fascismo, o mesmo chamado que seria feito contra o imperialismo no final da década de 1950. A diferença é que, nesse momento, esta palavra de ordem ainda era conjuntural, circunscrita ao clima da Segunda Guerra Mundial, ao passo que em 1958 ela ganharia um caráter estratégico.

Os comunistas retomam uma tática aliancista, de participação na vontade nacional-popular: primeiro com a tomada de posição do Brasil contra o Eixo, em seguida no movimento queremista, que defendia que a democratização deveria ser conduzida por Vargas. Termos como democracia e união nacional entram definitivamente no léxico do “partidão”, que passou a sustentar que as críticas ao governo devem vir em “seu verdadeiro sentido, a que toma o que é insuficiente e está errado, com espírito de ajudar, corrigir, sanar, aperfeiçoar”. O PCB cria o Movimento Unificado dos Trabalhadores, intersindical que buscava rearticular o sindicalismo por dentro da estrutura sindical oficial e em aliança com os setores getulistas, e com uma orientação política de moderar o curso das lutas sindicais, posto que agitação grevista poderia por obstáculos à política do partido. Sai a greve revolucionária das primeiras décadas, entra a definição de que “greve não é desordem, greve é um recurso pacífico”.

O grande momento do partido nessa nova conjuntura foi a reconquista da legalidade, com a disputa eleições de 1946, De nada adiantou, porém, tentar esta reentrada no movimento nacional-popular. Em 1947 os comunistas são novamente excluídos dele, agora não por vontade própria, mas sim pelo posicionamento do governo Dutra na política internacional da guerra fria, e da necessidade de conter o movimento reivindicatório para garantir o padrão de acumulação capitalista no país que fora institucionalizado com o Estado Novo (Santana, 2001: 56-57).

Brandão afirma com razão que a questão da legalidade vai marcar todo o resto da vida comunista, no mesmo patamar em que a Intentona o marcou. O PCB, por mais que mantivesse sua identidade classista, não ficou indiferente ao problema da legalidade, lutou por ela em toda a sua história, pois sabia que apenas nesse terreno poderia se configurar como representante efetivo da classe (Brandão, 1997: 168-170). A linha política fica submetida a essa problemática. O período “esquerdizante” de 1948 assume assim o caráter de racionalização que a direção fez da sua exclusão, muito mais do que um erro de tática (Brandão, 1997). Tratou-se de um processo como contraditório, complexo, na medida em que os comunistas foram forçados a se afastar da sua estratégia por um processo externo, violento, repressor. Os comunistas denunciando que

(...) as grandes conquistas democráticas de 1945 (...) vêm sendo sucessivamente golpeadas de maneira cada vez mais séria e profunda, apesar da promulgação da Carta Constitucional de 18 de setembro de 1946 e da relativa liberdade em que ainda se realizaram as eleições estaduais de 19 de janeiro. (Vol. 2 Pg. 72).

A proposta é a de formar um “bloco nacional-revolucionário, capaz de resolver os dois grandes problemas da revolução brasileira, através da instauração no país de um poder efetivamente democrático e popular” (Vol. 2. Pg. 101). Mesmo com essa mudança significativa, de abandono da “frente única democrática” para o “bloco nacional-democrático”, o PCB mantém seu pé no nacional-popular, e sustenta que ele deve ser “constituído em sua primeira etapa pela aliança de

todas aquelas classes e camadas revolucionárias, além dos elementos antiimperialistas que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias e progressistas”. (idem).

Também a política sindical que a negava o isolamento, ao invés de aparecer como revolta da base, surge como a inserção real do partido na sociedade brasileira, e neste sentido, a porta de (re)entrada no movimento nacional-popular do qual fora expulso com a ilegalidade. O mesmo se pode afirmar da participação dos comunistas em momentos-chaves do movimento nacional-popular, como a campanha pela criação da Petrobrás e as mobilizações pela paz. Werneck Vianna (1989) coloca o PCB como mergulhado em uma ambigüidade quando se reencontra com o movimento nacional-popular, entre uma prática típica de guerra de posição e disputa de hegemonia (como fica claro nos exemplos mencionados acima) e uma identidade política classista que define do governo Vargas em 1953 como “um instrumento dos imperialistas norte-americanos” (Vol. 2, Pg. 114). A ambigüidade foi se resolvendo a favor da identidade nacional-popular, após o suicídio de Vargas e as denúncias contra Stalin em 1956.

A consolidação desta identidade nacional-popular entre os comunistas foi atrasada pelo sucesso dessa prática, já transformada em teoria pela Declaração de Março de 1958. Nela, pela primeira vez o PCB reconhece que há “um processo de desenvolvimento econômico” em curso no Brasil, e que este “desenvolvimento capitalista do país não podia deixar de refletir-se no caráter do Estado brasileiro, em seu regime político e na composição do governo” “no sentido da democratização da vida política nacional”, “da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas”. (Vol. 2, Pg. 176-181) A estratégia que corresponde a esta análise passa pela retomada da “frente única” que vai comandar “a luta por um governo nacionalista e democrático”, que chegará ao poder pela via eleitoral, pois estão dadas as condições para “o caminho pacífico da revolução brasileira”. (Vol. 2, Pg. 183-195). A Declaração de Março demarca momento de maior influência comunista em sua história, o que fez com que o “partidão” superestimasse sua força e retomasse as concepções insurrecionais. No curso das lutas de 1961-64, especialmente após a vitória da legalidade, o PCB organiza o nacional-popular para resistir contra qualquer vacilação de Jango, exige as reformas de base, afirma que as realizará na lei ou na marra (Santana, 2001: 95-97). O reconhecimento de que existe um crescimento do capitalismo brasileiro é substituído – assim como no período esquerdizante – pela leitura de que o “o Brasil tem seu desenvolvimento entravado pela exploração do capital imperialista internacional e pelo monopólio da propriedade da terra em mãos da classe latifundiária”. (Vol. 2, Pg. 210)

E foi exatamente a experiência da derrota em 1964 que definiu o processo de evolução do PCB rumo à identidade nacional-popular. Santana ressalta como os comunistas aprofundaram uma política de frente ampla que unificasse todos os setores que enfrentassem a ditadura militar no VI Congresso (1967), pautado por repetidas autocríticas quando à postura arrogante do partido no

período anterior (Santana, 2001: 148-149). O partido faz uma profunda autocrítica de sua atuação no período, especialmente no que tange ao radicalismo que ignorou a real correlação de forças da sociedade brasileira. “Dentro do movimento revolucionário brasileiro sempre foram precários os estudos sobre a classe operária e suas lutas”, ou então “realmente os comunistas cometeram graves equívocos, conforme afirmaram em suas várias apreciações públicas de autocríticas”, demonstrando, “acima de tudo”, “a falsidade das posições políticas não ajustadas à realidade nacional” (Vol. 3, Pg. 39). No VI Congresso o PCB define sua “concepção marxista de revolução”: esta não pode ser obra da “ação heroica de indivíduos ou de pequenos grupos audaciosos” mas sim “só pode ser realizada pelas grandes massas” e “deverá sempre ser precedida por um período de acumulação de forças”. (Vol. 3, Pg. 61). A alma insurrecional de que fala Brandão estava derrotada. Os limites desta vitória da alma “processualista” não tardarão a aparecer. O primado da política terá que se enfrentar, dentro da concepção dos comunistas, com a tal da acumulação de forças que sempre deverá ocorrer.

Antes disso o partido propõe a tática de “mobilizar, unir e organizar a classe operária e demais forças patrióticas e democráticas para a luta contra a ditadura e conquista das liberdades democráticas.” É a “frente ampla antiditatorial” que demonstrou êxito na resistência aos militares. O papel que o MDB joga na erosão da ditadura é crescente, especialmente a partir das eleições de 1974. O “partidão” sofre brutal repressão após as eleições, seu comitê central precisa exilar-se. A isso se soma a “derrota intelectual mortal” que veio em 1964, conforme fala Brandão. Está formado o quadro que marcará a perda de hegemonia dos comunistas na esquerda brasileira.

### **3 – O PT e o Nacional-Popular**

O PT surgiu em 1980 e repetiu o PCB com relação à identidade política. A tese de Montenegro (2009) demonstra que o PT teria se erguido sobre uma concepção de política que inverte a visão leninista de partido dirigente da classe ao passo em que o PT se coloca como representante dos interesses da classe. Guimarães (1991) demonstrou em sua dissertação que essa concepção petista era similar às dos partidos que se construíram no contexto da I e da II Internacional. Complementando o argumento de Montenegro, é possível concluir que o PT negou a identidade política leninista e assumiu aquela que era majoritária no marxismo anterior a Lênin.

O tema das alianças, que aparecer de forma contraditória entre os comunistas, ressurge no PT em uma nova dinâmica, como registra Sarti. O PT era, no seu início, avesso “às alianças político-partidárias. O PT investiu em candidaturas majoritárias com uma estratégia de fortalecimento do partido e como afirmação de uma alardeada virtude: o partido não faria alianças

nem concessões por motivos eleitoreiros” (Sarti, 2006: 26). O partido apresentou um crescimento eleitoral constante. Na prática o PT despolitizou o tratamento das alianças, a aceitação desse tipo de acordo foi se dando muito mais pela exigência eleitoral ou de governabilidade do que por uma reflexão concreta.

No início do PT a recusa à conciliação é tema frequente, que perdura mesmo quando o partido vai transitando, aceitando composições. A denúncia contra o “pacto social”<sup>5</sup> está presente nos documentos sindicais de 1979 que precederam a fundação e surge sobre a forma de crítica ao “MDB e sua composição social heterodoxa”, aos trabalhistas e aos comunistas. (pg. 47-48). Santana relembra que nem sempre o PCB ficara ao lado do novo movimento sindical que surgia fazendo greves em 1978 e 1979. Nesse ano o “partidão” fez um balanço negativo da greve do ABC derrotada, apresentando um etapismo (as greves deveriam se resumir a campanha salarial, todo o resto deveria ficar pra depois) que as novas lideranças não concordavam. Os setores que se engajariam no PT enfrentaram as formulações comunistas na prática, nos sindicatos e nos encontros intersindicais. (Santana, 1995: 43-45). Não é estranho, portanto, que eles manifestassem uma identidade política distinta deste caráter “conciliador” com o qual o comunismo era identificado. A carta de princípios do PT denuncia o caráter conciliador da “chamada abertura política”, que seria uma “reforma o regime de cima pra baixo”. (pg. 51). E no manifesto de fundação diz que “O PT nasce da vontade de independência dos política trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem” (pg. 65).

O tema das alianças volta a ser privilegiado nesta análise. No período entre 1986 e 1991 o partido criticava formulações absolutamente estreitas sobre acordos e compromissos. Isto não deve, porém, ser superestimado. A posição do PT sobre alianças políticas e partidárias seguiu sendo consonante com a identidade política classista. O maior esforço partidário em elaborar sobre este assunto se deu no V Encontro, em 1987, quando o partido detalha o que seriam “alianças com princípios”, “alianças estratégicas”, “alianças táticas”, estas duas com diferenciações internas, “alianças no parlamento” e “alianças eleitorais”. (Pg. 323-327). Estas reflexões são precedidas por um preâmbulo que reafirma a identidade classista e a crítica aos “partidos populistas”, às “tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira”. Isso não impede que ocorram mudanças no PT, com o partido pautando as alianças para combater o “sectarismo, o fracionismo e a divisão” das esquerdas “enquanto o Estado burguês se centralizava e a burguesia se unia”. (Pg. 323) A experiência concreta do movimento sindical é reivindicada como favorável a compromissos mais amplos. O PT atribui a derrota nas eleições do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo para Luis Antônio Medeiros “continuador da política pelega” a uma tática de alianças estreita, enquanto que

---

<sup>5</sup> Todas as citações relativas foram extraídas do livro PT: Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998. São Paulo, Ed. Perseu Abramo, 1998

no Rio de Janeiro os petistas conquistaram o sindicato da mesma categoria porque souberam ampliar seus aliados.

As resoluções mobilizam a própria experiência partidária para demonstrar que alianças com a burguesia podem ser necessárias e até positivas: no movimento das Diretas Já o PT firmou um compromisso com “setores burgueses” e com “a oposição liberal”, e a “derrota” deste movimento não seu pela “política de alianças”, mas sim pela “força do regime militar”. O documento do V Encontro sintetiza esta polêmica: “aliança não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faz alianças com princípios”, e propõe uma aliança que dê conta de envolver não apenas as classes trabalhadoras, mas também “os excluídos”, “a pequena produção e a pequena propriedade”. (Pg. 324).

Dentro do tópico “alianças estratégicas”, o PT opera seu primeiro alargamento rumo a superar a exclusividade classista. A “frente única classista” é fundamental, mas precisa ser ampliada. O PT coloca no mesmo patamar desta aliança entre o operariado e o campesinato o que ele denomina “frente democrática e popular”, com as “camadas médias e pequena burguesia”, os “intelectuais progressistas” e “pequenos proprietários” posto que apresentam, assim como os trabalhadores industriais e do campo, “profundas contradições com o capitalismo, com o sistema burguês”. Além destes setores, existem os milhões de “marginalizados do mercado de trabalho e de consumo”. (Pg. 325).

Novamente, convém não exagerar nas mudanças. A leitura que o PT faz das frações de classe segue a identidade classista, e não o nacional-popular quando afirma que “o proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado para dirigir o processo revolucionário”. Outro ponto de contato com a cultura comunista é a necessidade de que “a classe trabalhadora forje sua unidade interna para que assim conseguir conquistar a hegemonia no conjunto da frente democrática e popular”. (Idem). A semelhança desta última passagem com a Declaração de Março de 1958 é reveladora. No documento comunista, podemos ler que “a conquista de hegemonia do proletariado avançará na medida em que a classe operária forjar a sua unidade, estabelecer laços e alianças com os camponeses”. (Vol. 2, pg. 188).

Outra demonstração de como no período entre 1986 e 1991 o PT não abriu mão de sua identidade classista se dá com Constituição de 1988. Formou-se um mito de que o PT não teria assinado o texto constitucional. Nas eleições de 2010 a candidatura do PSDB, com o ex-governador de São Paulo José Serra, usou e abusou desse mito como demonstração do sectarismo dos petistas. A tática petista foi a de mobilizar ao máximo os movimentos sociais e a sociedade civil organizada para pressionar o Congresso Constituinte a aprovar um texto com conquistas para a classe

trabalhadora. Os petistas deveriam denunciar o caráter conciliador da Constituinte, que não era exclusivo, e da nova Constituição, pois esta não seria submetida a um referendo popular.

Uma minoria partidária sustentou que o PT não defendesse a convocação de uma Assembléia Constituinte. A maioria entende, ao contrário, que a convocação de uma Constituinte é peça chave da luta para derrubar a ditadura e é continuação da campanha das Diretas Já. O PT deveria fazer da convocação de uma Constituinte exclusiva e soberana a bandeira de luta do período, para dar continuidade a mobilização popular pelas eleições presidenciais imediatas. Algumas correntes mudam de posição quando o tema é a assinatura do texto constitucional. A minoria identificava que de fato a Constituinte serviu ao projeto de conciliação de classe, de continuidade, “uma formidável barreira em defesa da ordem” burguesa, e reivindica as resoluções do V Encontro de 1987, quando o partido já identificava este caráter continuísta e indicava, a se manter este quadro, “a não assinatura” do texto constitucional (Pg. 306).

A posição partidária foi realmente outra, a de assinar o texto, com dois argumentos: Primeiro o de que os movimentos sociais e as esquerdas haviam obtido vitórias importantes com a Constituição, ainda que pontos fundamentais do programa democrático e popular tivessem sido derrotados, como a reforma agrária. A posição do PT deveria ser, nesse sentido, a “de ressaltar estas conquistas e defender sua aplicação”. A minoria discorda, alegando que defender conquistas em uma constituição seria trazer para o debate político “uma lógica que até pode ser válida para uma campanha salarial onde, avaliando-se uma correlação de forças, pode-se assinar um acordo não lá muito favorável.”. Mas um processo constituinte seria totalmente diverso, “o seu resultado tem validade por todo um período e, no caso, **conta e muito o que não foi conquistado**, isto é, o que foi aprovado de interesse das classes dominantes”. (grifo no original<sup>6</sup>).

O segundo argumento “vem pela negativa” e dizia respeito a um medo que setores partidários teriam de que a posição de não assinar a Constituição de 1988 “daria um argumento valioso para as classes dominantes colocarem o partido na ilegalidade e promoverem uma cassação dos mandatos dos nossos deputados”. A minoria responde lembrando que o caráter antidemocrático da burguesia brasileira independe de pretextos, e que a “ilegalização do PCB na década de 1940 se fez até favorecida pela posição conciliadora adotada por este partido no processo Constituinte de 1946”. Diferente do debate sobre a participação no colégio eleitoral, quando as forças populares foram derrotadas em um debate que polarizou a sociedade, a atuação do PT e da esquerda no Congresso Constituinte foi marcada por nuances, por avanços e recuos, vitórias e derrotas, em um contexto de mobilização popular intenso, quando o parlamento recebeu mais de 120 propostas de iniciativa popular somando 12 milhões de assinaturas.

---

<sup>6</sup> Mimeo.

Por isso a decisão de romper com o Colégio Eleitoral foi amplamente majoritária no PT, só discordando dela os parlamentares, ao passo que a decisão de não assinar a Constituição de 1988 foi derrotada. Não é correto, contudo, enxergar nesta postura do PT uma visão de que o partido já estaria com uma nova identidade política. A votação contrária ao texto levada a cabo pelos deputados petistas é mais significativa da posição partidária mais profunda, que encarou a Constituição de 1988 como uma derrota dos setores populares e uma vitória da conciliação de classe, e não como a inauguração de uma cultura de direitos pelos quais as classes subalternas poderiam se mobilizar.

Mas de fato o PT também modificou sua identidade política. Sarti faz uma reflexão sobre o processo de criação de novos partidos a partir dos anos 1960, no contexto da crise da identidade do trabalho, da globalização e do surgimento de novas utopias libertárias. Estas novas agremiações se lançam na “busca de um novo modelo” em que “é nítida a preocupação de superar o corte da luta de classes típico dos partidos tradicionais de esquerda” (Sarti, 2006: 106). Ela então (2006: 28) define o PT como “um partido novo” que consegue ampliar “a agenda socialista sem abandonar o cerne da crítica marxista dos conflitos provocados pela hegemonia do capital”. Entretanto, Sarti (2006: 125) demonstra que o PT possui uma peculiaridade entre os novos partidos, pois ele “não abandona, mas sim incorpora e propõe superar as questões próprias dos velhos partidos socialistas”. É nesta chave que a transição da identidade política do PT deve ser pensada, como resultado da complexa dialética entre novas questões que a esquerda teve que enfrentar e a sua experiência histórica.

Até 1995, momento da virada petista rumo à identidade nacional-popular, o PT definia como seus objetivos “libertar o trabalhador da opressão” e “apoderar-se do poder político e implantar o governo dos trabalhadores” (Pg. 67). Lula, afirmava em 1981, que “não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção” (pg. 107). Na primeira eleição o PT disse que “só o socialismo resolverá de vez os nossos problemas” (Pg. 126).

Apesar da identidade classista, o PT nunca defendeu o conceito de revolução como tomada do poder político a partir de um movimento insurrecional. Os petistas nunca se motivaram a realizar uma revolução nos moldes bolcheviques, que tanto inspirou os comunistas brasileiros. Neste sentido o PT é sim um partido novo. O classismo no PT se deu em uma outra perspectiva, a da representação dos interesses dos trabalhadores, esses objetivos estratégicos apareciam no partido como corolário dos interesses da classe trabalhadora, ou seja, como resultado de uma identidade classista, e não de uma concepção de partido dirigente, ou organizador da vontade coletiva. Há nas resoluções do PT uma evidente tensão, entre os objetivos estratégicos e a forma de conquistá-los.

Nas primeiras formulações sobre eleições e poder, em 1982, o único aspecto definido dessa relação é que os petistas “não podem confundir vitória eleitoral com conquista de poder” (pg. 130).



Já em 1984 o PT apresenta mais claramente uma concepção em afirma “que para transformar a sociedade, não basta tomar o poder do Estado. Para nós, o poder não se toma, mas também se constrói.” (Pg. 153). Ou seja, já se insinua entre os petistas uma concepção processual de transformação social. Ainda assim, dois anos mais tarde, o PT faz referências à necessidade de se realizar “uma ruptura radical contra a ordem burguesa”, mesmo sem decidir a forma como essa ruptura vai se realizar, garantindo apenas que esse processo

(...) assumirá mil formas de manifestações, terá avanços e recuos (...), grandes e cada vez mais freqüentes e intensas ações políticas de massa, auxiliadas por todas as formas de luta da classe trabalhadora, - da participação em campanhas eleitorais às greves e ao enfrentamento com a Burguesia e com o Estado”. (Pg. 251-252).

Não resta dúvida de que a superação dessa tensão se deu na medida em que o partido desenvolvia sua identidade política rumo ao polo oposto ao classismo com o nacional-popular, o que foi se materializando na elaboração de uma visão estratégica sobre a democracia. Desde a sua fundação o PT valorizava a democracia, não condicionando-a à tarefa maior da revolução e definindo diversos critérios de participação popular e operária para que a democracia fosse de fato efetiva, afirmando que o socialismo petista seria democrático, diferente do que ocorria no Leste Europeu.

Nas resoluções petistas não há mais “ruptura radical”, e sim “mudança política radical”. O que parece apenas um jogo de palavras tem dimensões mais substantivas com conceitos como hegemonia, com o qual claramente o partido se propõe a

(...) construir o socialismo na luta cotidiana, (...) nas muitas formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista [que] surgirão da experiência da luta de classes contra o capitalismo (...), como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares (Pg. 315).

O PT afirma em 1987 pela primeira vez que o socialismo será construído no Brasil com a conquista do governo: “Na situação política caracterizada pela existência de um governo que execute um programa democrático, popular e antiimperialista, caberá ao PT e aos seus aliados criarem as condições para as transformações socialistas”. Entretanto, recoloca a questão da ruptura revolucionária:

Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiário e antimonopólio, (...) tem um duplo significado; em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e ordem burguesa, portanto, um governo hegemônico pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária.

Mesmo com as contradições, é visível o caminhar do partido no sentido de unificar governo e mudança, indo para além da problemática da ruptura:

um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular, e o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, na possibilidade de uma nova fase do capitalismo.

Esse rumo avança ainda mais no Encontro seguinte, em 1989, quando o PT se propõe a pensar os desafios de um possível governo Lula, diante das boas perspectivas eleitorais. O governo Lula terá conteúdo socialista, será hegemônico pelos trabalhadores, realizará avanços importantes, mas terá limites institucionais claros e definidos, além da resistência aberta das elites. Dito de outra forma:

Abre-se, assim, um novo período de disputa de hegemonia da sociedade brasileira (...), Embora não exista uma crise do tipo revolucionário, nem mesmo uma situação revolucionária, podemos e devemos conquistar o executivo, a presidência da República, (...). Tudo isso criará as condições para a conquista da hegemonia política e de transformações socialistas (...). Nossa tática para concorrer à presidência da república com a candidatura do companheiro Lula e com um programa democrático e popular está associada à nossa política de acúmulo de forças e à nossa concepção de disputa de hegemonia na sociedade. Qualquer separação nessa linha pode conduzir à aventura de colocar na ordem do dia, hoje, a tomada de poder.

Assim como a experiência da derrota de 1964 acelerou a mudança da concepção de política do PCB, a experiência da derrota eleitoral de Lula em 1989 atuou sobre o PT no mesmo sentido. Em 1990, os petistas colocam textualmente que

(...) a democracia tem, para o PT, um valor estratégico. Para nós, ela é, a um só tempo, meio e fim, instrumento e meta a ser alcançada. (...) A nova sociedade que lutamos (...) buscará constituir-se como um sujeito democrático coletivo.

O I Congresso do Partido, em 1991, apenas delimita melhor as formulações do VII Encontro, especialmente no que tange o conceito de hegemonia, retirado diretamente da obra de Gramsci, e que articula democracia e revolução de forma estratégica, afastando definitivamente qualquer perspectiva de democracia instrumental ou revolução insurrecional. A disputa da presidência da república em 1994 ganha papel central no futuro político petista. A identidade classista estava superada.

Em 1993, pela primeira vez, o grupo de Lula perde a maioria partidária para a chamada “esquerda petista”. É no VIII Encontro que aparece pela primeira vez a expressão “revolução democrática”, que o PT usará a partir de 1995, quando Lula retoma a direção, e após a derrota para o PSDB, para abandonar gradativamente os objetivos socialistas, e preparar o partido para vencer as eleições, substituindo a noção de transformação radical por mudança a partir da disputa eleitoral. “Para derrotar o projeto neoliberal (...). O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder (...) terá que atualizar e reelaborar um programa democrático e popular”.

A palavra socialismo desaparece das resoluções partidárias, dos discursos dos principais líderes, da crença petista. A identidade classista está finalmente superada, e seu lugar é ocupado pela problemática nacional-popular. O partido que antes falava em nome do interesse da classe, passa a submeter estes interesses ao processo democrático, que pressupõe a conquista de toda a sociedade, a construção de uma hegemonia que vá além dos trabalhadores.

#### **4 – Conclusão – os limites da nova identidade do PT e PCB**

PCB e PT iniciaram suas trajetórias políticas definindo uma identidade classista. Para os comunistas, se tratava de não participar do processo de alianças com outras classes, mas sim de tomar o poder com um assalto revolucionário e inaugurar a ditadura do proletariado. Já para os petistas, o centro estava em representar efetivamente os interesses dos trabalhadores, que finalmente poderiam atuar com autonomia de classe, que havia se perdido quando os comunistas aceitaram as regras do sistema populista.

Ao longo dos seus processos de inserção na vida real do país, na medida em que foram se constituindo como esquerdas verdadeiramente nacionais, isto é, a partir da experiência concreta de ambos os partidos na luta social e política brasileira, PCB e PT começaram a fazer alianças, a participar do jogo eleitoral e político, a se integrar em movimentos mais amplos do que apenas a luta econômica da classe trabalhadora.

O PCB fez isso se integrando no movimento nacional-popular que se iniciou na década de 1920 e continuou após o fim do Estado Novo. Contudo, este processo apenas se completou após a derrota de 1964, o que deixou marcas significativas nos comunistas. E ao se completar, dialeticamente gerou novos conflitos que o PCB não estava preparado para enfrentar, desarticulado pela repressão, enfraquecido pelas cisões, sem conseguir sintetizar as melhores reflexões teóricas que eram feitas sobre a luta de classes no Brasil justamente porque os intelectuais que as faziam eram favoráveis a uma tática de enfrentamento com a ditadura que foi derrotada.

Os comunistas confundiram a vitória prática na luta gradualista contra a ditadura com a validade de suas teses, e por isso não foi capaz de compreender os novos atores que emergiram da modernização capitalista e passou a resumir os conflitos sociais à mera disputa eleitoral. Em busca da legalidade, o partido nega o conflito, ou melhor, pretende concentrá-lo definitivamente na arena eleitoral. Isso faz com que, como afirma Santana, os comunistas se colocassem contra a parte mais avançada do movimento sindical, e que configurou o novo sindicalismo, se posicionando ao lado dos setores mais atrasados, sempre alegando que a radicalização dos conflitos poderia por em risco a luta contra a ditadura (Santana, 2001: 181-194). E com isso acabou abrindo espaço para o surgimento do partido que ocupou seu espaço na hegemonia política da esquerda.

Já o PT também alterou sua identidade política após uma dura derrota, nas eleições presidenciais de 1989. O processo de integração com um movimento mais amplo que o classista também se deu com tensões e disputas, mas esse rumo se consolidou em 1995, com a vitória da estratégia que levou Lula à presidência em 2002. O PT acabou por organizar um novo movimento nacional-popular, como resistência ao projeto neoliberal do PSDB de privatizações e desmonte do Estado.

Esta nova identidade política gerou no partido o mesmo reducionismo dos conflitos à arena eleitoral que verificamos no PCB. Na medida em que o caráter estratégico da democracia para os petistas saía da teoria para a prática, e que com isso o partido conquistava novas posições institucionais, também o PT passa a negar o conflito, ou do mesmo modo que os comunistas, confiná-lo ao jogo eleitoral. Este não foi o único ponto comum. Ao se integrarem ao movimento nacional-popular de forma contraditória, primeiro com fortes tensões internas e em seguida totalmente submetidos à lógica eleitoral, ambos os partidos ficaram sem condições políticas de elaborar e organizar uma vontade coletiva nacional-popular que inauguraria uma nova fase histórica. Acabaram sendo assimilados em um movimento nacional-popular difuso, marcado pela crença de que quanto mais desenvolvimento capitalista, melhor para os trabalhadores. A visão que ambos os partidos apresentam sobre o legado da Era Vargas é sintomática destes limites. A trajetória do PCB é bastante clara. Em 1930, classifica a

(...) legislação social como fascista, (...) pura burla. As classes dominantes (...) só se lembram dela quando sentem crescer o rumor da revolta das massas exploradas e oprimidas. (...) Mas para que servem todas essas leis? Para nada! Toda essa gritaria de agora em torno dessa legislação social não passa, na verdade, de preparação fascista visando à completa escravização das massas.

Já em 1934 classificam o regime instalado pela Revolução de 1930 como

Ditadura. A tapeação demagógica é exercida principalmente através do Ministério do Trabalho. (...) O Ministério do Trabalho protege os sindicatos da seguinte forma: amarrando-os à burocracia ministerial manejada pelos capitalistas; controlando policialmente seus sindicatos; proibindo-lhes as greves, ou, quando estas são inevitáveis, liquidando-as nas comissões mistas de conciliação.

Trata-se de uma recusa completa, universal, de todos os princípios da legislação social e trabalhista. Essa caracterização está em consonância com a estratégia do partido durante o primeiro governo Vargas e estava de acordo também com a política de enfrentamento ao fascismo da ANL e na Intentona de 1935. E orientou a política do partido de construção de sindicatos revolucionários, por fora da estrutura oficial, a partir de 1947, quando o PCB foi posto na ilegalidade, e que foi modificada em 1952, após resultados desastrosos. Na década de 1950, os comunistas traçam uma nova política sindical, de disputa dos sindicatos oficiais, em aliança com os trabalhistas. O que significa uma complexificação da relação dos comunistas com a estrutura sindical. Em 1958 o partido sistematiza essa nova política com uma autocrítica da sua postura

(...) negativista, como decorrência do sectarismo dominante por muitos anos nas suas fileiras, os comunistas mantiveram uma atitude falsa para com as conquistas parciais da classe. Diante da CLT e das instituições de previdência social, adotamos uma posição meramente crítica, vendo apenas seus aspectos negativos.

Já há uma aceitação da legislação oficial, que é positivada, aceitação essa que é plenamente adequada a nova política geral do partido, publicizada na “Declaração de Março de 1958”, que admitiu um caminho pacífico, gradual e eleitoral para a construção do socialismo no Brasil. Por fim,

já na década de 1970, diante dos constantes ataques da ditadura militar aos agora definidos como “direitos da classe trabalhadora” o PCB se propõe a defender a CLT, ainda que marque sua posição contra a “subordinação dos sindicatos ao Ministério do Trabalho”, algo bem de acordo com o combate que os comunistas travavam contra o regime militar, que se aproveitou da estrutura sindical para destruir toda uma geração de sindicalistas após 1964.

Com o PT não foi diferente. Enquanto predominou a luta contra a ditadura, contra a presença do Estado, e em paralelo a luta contra os comunistas pela hegemonia da esquerda, o PT se colocou contra a CLT e a estrutura sindical, classificadas por Lula como “o AI-5 dos trabalhadores”. No II Encontro Nacional (1982), por exemplo, o PT propõe em sua plataforma eleitoral a revogação de uma série de leis autoritárias como a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Imprensa e CLT, incluída no chamado “entulho autoritário”. Em 1986, durante o seu IV Encontro Nacional, o PT aprova uma resolução sindical que reproduz uma divisão historiográfica do movimento operário em três fases, a primeira de construção da classe, até 1930, a segunda chamada corporativa, marcada pela subordinação do sindicalismo ao Estado via CLT, Ministério do Trabalho e Justiça do Trabalho, instituições que a partir de 1964 serviram à ditadura militar e a terceira, inaugurada pelo “novo sindicalismo”, que rompe na prática com essa estrutura e luta para acabar de vez com ela. O partido fazia questão de deixar clara sua oposição à CLT, em uma visão bem próxima do início da construção política comunista.

Contudo, quando se inicia a década de 1990, o movimento sindical entra em descenso, e inicia-se uma fase de resistência ao neoliberalismo, a postura do partido muda e passa a ser de defesa dos direitos assegurados aos trabalhadores na CLT. Essa mudança fica evidente em um quadro encontrado no sitio eletrônico da CUT<sup>7</sup> (central organicamente vinculada ao PT) com uma cronologia das lutas históricas da central. Ou seja, os próprios cutistas não pretendem esconder essa alteração nas suas posições. No âmbito das resoluções do PT, as referências negativas à CLT desaparecem, dando lugar a defesa dos direitos dos trabalhadores contidos na legislação. Isso ocorre em grande medida porque o PT já nasce com um grande acúmulo das lutas dos trabalhadores ao longo do século XX, inclusive herdando muitas das conclusões a que o PCB chegou após muita polêmica, “rachas”, traumas e derrotas. Mesmo quando combatia a CLT, o PT já o fazia de forma similar a posição dos comunistas na ditadura militar, combatendo os aspectos autoritários da legislação, como o controle do movimento sindical pelo Estado, e defendendo os direitos dos trabalhadores.

Para concluir, não é provável que o PT tenha o mesmo destino do PCB no que se refere ao ocaso político. A força da sua máquina eleitoral, combinada com o legado político do governo Lula e com a popularidade da presidenta Dilma, desautorizam previsões neste sentido. Falar em ocaso

---

<sup>7</sup> Consulta feita no dia 11/01/10.

político do “partidão” não implica em negar toda a importância que os comunistas tiveram na luta dos trabalhadores. O PCB foi o formulador e impulsionador de momentos capitais da ação da classe trabalhadora brasileira, como o Bloco Operário e Camponês foi o responsável pela primeira manifestação concreta das classes subalternas na arena política de forma protagonista; A Aliança Nacional Libertadora foi um movimento fundamental para derrotar o fascismo no Brasil; Ao longo das décadas de 1950 e 1960 os comunistas participaram de todas as manifestações que foram centrais na construção da democracia brasileira, como a Campanha do Petróleo e a luta pela legalidade em 1961; o posicionamento do PCB dentro do MDB na luta contra a ditadura militar foi crucial para que a frente partidária de oposição ao regime ganhasse a configuração e dimensão que o MDB teve como principal manifestação de repúdio ao autoritarismo. Em paralelo a todos estes processos políticos, os comunistas se dedicaram cotidianamente à construção do movimento sindical brasileiro, animando greves, agitando as fábricas com a imprensa operária ou via organizações de base, em suma, contribuindo decisivamente para que a classe trabalhadora brasileira se constituísse como ator importante da vida nacional.

Tampouco este trabalho pretende apresentar uma visão negativa sobre a contribuição do PT para a democracia e a classe trabalhadora brasileira. O partido que se propôs a inverter a democracia brasileira, privilegiando os de baixo, obteve êxito em algum sentido quando conquistou o governo federal, em 2002: no âmbito econômico com a promoção de políticas públicas que priorizam a transferência de renda e a geração de empregos e, no político, com o fim da repressão e o reconhecimento e legitimação das demandas dos movimentos sociais. Antes, já havia liderado a resistência ao neoliberalismo, minimizando os custos sociais deste projeto em nosso país.

Embora as trajetórias destes partidos devam ser valorizadas no contexto das lutas sociais brasileiras, não é menos importante o fato de que eles enfrentaram graves dilemas quanto a sua atuação. Como já foi afirmado, o PCB hoje amarga uma posição amplamente minoritária na esquerda brasileira, sem sombra da influência política que exerceu outrora entre os trabalhadores, e isto porque não conseguiu responder adequadamente aos dilemas que teve que enfrentar. O PT também se depara com dilemas de ordem estratégica. A força eleitoral externa contrasta com a ausência um debate teórico, programático e estratégico claro sobre o futuro do partido. Os petistas simplesmente estão fazendo política, sendo governo, sem refletir sobre as conexões dessa prática com uma utopia transformadora. Por conta disso, para o petismo não está descartado um destino semelhante ao do comunismo no Brasil no que tange o fracasso em impulsionar uma transformação radical da sociedade brasileira, para além do desenvolvimento do capitalismo. Resta saber se o PT ainda quer evitar este destino.

## **Bibliografia**

- BENSAID, D. **Marx, o Intempestivo**. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Os irreduzíveis. Teoremas da resistência para o tempo presente**. 1ª Ed, São Paulo: Boitempo, 2008.
- BRANDÃO, G. M. **Esquerda Positiva**. As duas almas do Partido Comunista – 1920/1964. 1ª Ed, São Paulo: Hucitec, 1997.
- CARONE, E. **O PCB**. 1ª Ed, São Paulo: Difel, 1982
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Editado por Coutinho, C. N., Nogueira, M. A. e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 6 vols., 1999-2002
- \_\_\_\_\_. **Escritos Políticos**. Editado por Coutinho, C. N., Nogueira, M. A. e Henriques, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2 vols., 2004.
- GUIMARÃES, C. “Vargas e Kubitscheck: a longa distância entre a Petrobras e Brasília”. In: Carvalho, Maria Alice Rezende de (org.). **República no Catete**. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002.
- GUIMARÃES, J. **Claro enigma: o PT e a tradição socialista**. Campinas: Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, Dissertação (Mestrado em Sociologia), 1990.
- KONDER, L. *A democracia e os comunistas*. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Graal, 1980
- \_\_\_\_\_. **A derrota da dialética**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- MONTENEGRO, D. **O Averso do Príncipe: Programa e organização na origem do Partido dos Trabalhadores**. Rio de Janeiro, 2009. (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ).
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 1ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Cultura e Modernidade no Brasil**. 1ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1988.
- PARTIDO DOS TRABALHADORES. **PT: Resoluções de Encontros e Congressos – 1979-1998**. 1ª Ed. São Paulo: Perseu Abramo, 1998.
- RIDENTI, M. **O Fantasma da revolução brasileira**. 1ª Ed, São Paulo: Ed. UNESP, 1993.
- \_\_\_\_\_. **Em busca do povo brasileiro. Artistas da Revolução do CPC à era da TV**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Record, 2000.
- SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-1980)**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995
- SADER, Emir (org.). **E agora, PT? - Caráter e Identidade**. 1ª Ed, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. **A Vingança da História**. 1ª Ed, São Paulo: Boitempo, 2003.
- SANTANA, M. A. **Homens Partidos: comunistas e sindicatos no Brasil**. 1ª Ed, São Paulo: Boitempo, 2001
- \_\_\_\_\_. “Esquerdas em movimento. A disputa entre PCB e PT no sindicalismo brasileiro dos anos 1970/1980”. In **Perseu**, nº 1, Ano 1, 2007
- SARTI, I. *Da outra margem do rio: os partidos políticos em busca utopia*. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Relume Dumará/FAPERJ, 2006.
- WERNECK VIANNA, L. **A Transição: da Constituição à Sucessão Presidencial**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Revan, 1989.
- \_\_\_\_\_. **A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Revan, 2004.
- \_\_\_\_\_. **A esquerda brasileira e a tradição republicana**. 1ª Ed, Rio de Janeiro: Revan, 2006.